




CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A LIMPEZA DAS ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO DOS LOTEAMENTOS" ADJUDICADO À SOCIEDADE POR QUOTAS ECOAGRI - PROJECTOS E SERVIÇOS AGROFLORESTAIS, LDA, DE PONTE DE LIMA -----


(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **11 de setembro de 2015**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com o seu despacho de 7 de setembro de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Engº João Paulo Pinto Pereira Antunes, casado, titular do Cartão de Cidadão nº 08109831 6ZY9, válido até 04-01-2020, natural da freguesia e concelho de Ponte de Lima, residente na Travessa das Tapadas, nº 90, Arca e Ponte de Lima, do mesmo concelho, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, com poderes para este ato, em representação da sociedade por quotas que usa a firma **ECOAGRI - PROJECTOS E SERVIÇOS AGROFLORESTAIS, LDA**, com sede social na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Bl. C, 1º AJ, na vila e concelho de Ponte de Lima, matriculada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho sob o número único de matrícula e de identificação fiscal **504 075 225**, com o capital social de € 31.000, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----



Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **07 de Setembro de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, o **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A LIMPEZA DAS ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO DOS LOTEAMENTOS”**. ----



Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de **€ 13.000,00 (treze mil euros)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----


Terceira: O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **30 dias seguidos**, a contar da data da assinatura do presente contrato. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----


Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais.

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e serviços; **Subagrupamento 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 25** – Outros serviços; **Alínea 99** - Outros. -----



Sexta: O presente contrato foi objecto de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, de **24 de agosto de 2015**, nos termos do disposto nos nºs 5, 6 e 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2015). -----



Sétima: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Nona: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

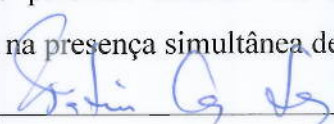
3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

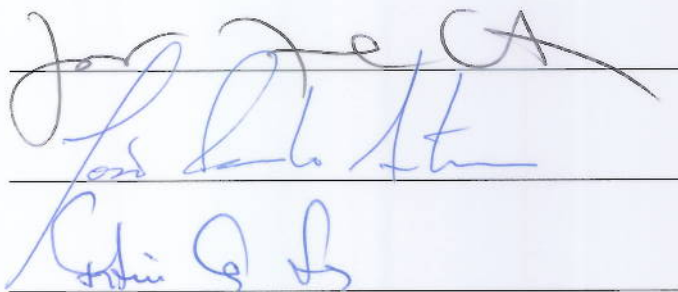
Décima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima Primeira: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obriga a realizar os serviços objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **27-07-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Ponte de Lima em 27-07-2015, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial, com o código de acesso 4177-5562-0123, subscrita em **26-06-2008** e válida até 26-09-2015, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este acto; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema da Contabilidade do Município com o nº **131/029/2015**, de **10-09-2015**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **33/2015**